



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

**AVISO DE DISPENSA**  
**CONTRATAÇÃO DIRETA**  
**PROCESSO SEI 0001144-18.2026.6.12.8000**

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL (UASG 070016), por meio da Seção de Licitação e Compras, pretende realizar a contratação de serviços de apoio administrativo nas áreas de **almoxarifado (almoxarifes)**, **atendimento a público interno e externo (atendentes de Arquivo Central, Biblioteca e Protocolo Geral)**, **atendimento e recepção ao público (recepcionistas)**, **atendimento telefônico (telefonista)**, **auxiliar de saúde bucal (atendente de consultório odontológico)**, **condução de veículos oficiais (motoristas)**, **cofeiragem e garçom (garçom)**, **jardinagem**, **operação de empilhadeira e secretariado**, com prestação dos serviços por intermédio de mão de obra própria da empresa contratada, para atender as demandas do TRE/MS, por Dispensa de licitação, com critério de julgamento de MENOR PREÇO, **com fundamento na hipótese do art. 75, inciso VIII da Lei n.º 14.133/2021.**

## **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1. O objeto da presente consulta de preços é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de apoio administrativo em áreas diversas, para atender às demandas do TRE/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e Anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO** por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta, Termo de Referência (Anexo I) e Minuta do Termo Contratual (Anexo III) quanto às especificações do objeto.

## **2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

2.1. Para a participação nesta consulta de preços, a empresa interessada deverá encaminhar a **PROPOSTA DE PREÇOS** (Planilha de Formação de Custos elaborada em formulário disponibilizado pelo TRE/MS - **Anexo V e Anexo X**), **devidamente assinadas e com carimbo da proponente**, juntamente com os documentos de habilitação, para o e-mail **slc@tre-ms.jus.br**, até o dia **02 DE MARÇO DE 2026.**

2.1.1. Qualquer proposta entregue após esse prazo não será apreciada.

2.1.2. A proposta da interessada deverá conter todos os elementos exigidos nesta consulta de preços, dentre os quais, principalmente, o valor total ofertado e dados de identificação do proponente.

2.1.2.1. A conta corrente informada deverá pertencer – estar em nome – à pessoa jurídica proponente. A não observância do disposto inviabilizará a efetivação do pagamento pelo Tribunal.

2.1.3. Em anexo à Proposta de Preços (vide **Anexo V e Anexo X**), a proponente deverá encaminhar aos documentos de HABILITAÇÃO previsto no Capítulo 4.

2.3. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

2.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o **preço total global ofertado**, vinculam a Contratada.

2.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

2.6. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

2.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência e a Minuta do Contrato*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como, quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

2.8. A interessada deverá utilizar a **Planilha de Formação de Custos (Anexo V) e Proposta de Preços (Anexo X)**, devendo, ainda, fazer menção de que está de acordo com as condições fixadas nesta Consulta de Preços e seus anexos, assim como atende ao disposto no inciso XXXIII, caput, do art. 7º da Constituição Federal (*"proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos"* - **Declaração de Menor (ANEXO X)**).

2.9. **Será aceita a proposta que não esteja assinada**, mas tenha sido encaminhada mediante o endereço eletrônico da empresa.

2.10. As rasuras, emendas ou defeitos no preenchimento das propostas que comprometam sua perfeita interpretação em relação à identificação da proponente e aos preços propostos acarretarão a desclassificação da mesma.

2.11. A ausência de informação que não prejudique a identificação da proponente e a perfeita interpretação dos serviços ofertados não será razão para desclassificação de proposta, podendo ser solicitada a complementação no prazo de 01 (um) dia útil.

2.12. Considera-se a proponente como especializada nos serviços a serem contratados, devendo incluir em sua proposta as complementações de serviços que identifique como necessárias à perfeita execução dos serviços e obtenção do resultado final pretendido pelo Tribunal.

2.13. Não poderão participar desta CONSULTA os fornecedores:

2.13.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.13.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes

expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.13.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.13.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.13.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.13.4. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.13.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta Consulta ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.14. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.14.1. Serão estendidas as cooperativas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao

disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.15. Ao participar de processo de contratação, o representante legal da empresa proponente, titular de dados pessoais, está ciente de que, para a execução do objeto desta contratação a CONTRATANTE terá acesso aos seus dados, tais como: número de documentos, endereço eletrônico, cópias de documentos de identificação, bem como, que os referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – Art. 7º, inciso II.

2.16. De acordo com o art. 1º, da Resolução 9/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que dá nova redação ao art. 3º, da Resolução 7/2005, é "vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação e serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo tal condição constar expressamente dos editais de contratação.

2.17. As PLANILHAS DE CUSTOS E A PROPOSTA DETALHADA (Anexo V e X), deverão constar:

- a) razão social da empresa e n.º da inscrição no CNPJ/MF;
- b) endereço completo, número de telefone e e-mail para contato;
- c) dados bancários da empresa (banco, agência e conta-corrente);
- d) dados do representante legal que assina a proposta e que assinará o contrato (nome, número e órgão emissor da Cédula de Identidade (RG), número de inscrição no CPF/MF, nacionalidade e estado civil);
- e) itens cotados, com seu número, descrição básica dos serviços e quantitativo de postos de serviços;
- f) valor mensal unitário do posto de serviços;
- g) valor total mensal dos postos de serviços (multiplicação do quantitativo de postos pelo valor mensal unitário dos postos de serviços);
- h) período da contratação (12 meses);
- i) valor total global dos postos de serviços;
- l) valor global da proposta (somatório do valor total dos postos de serviços e dos valores totais estimados referentes ao fornecimento de materiais, se for o caso);
- m) indicação do sindicato, acordo, convenção coletiva ou sentença normativa que rege a categoria profissional que executará o serviço, bem como a respectiva data base e vigência conforme o Código Brasileiro de Ocupações – CBO.

2.18. A elaboração da Planilha de Custos e da Proposta Detalhada deverá considerar a prestação dos serviços de acordo com as condições expressas no Termo de Referência (Anexo I) e na Minuta do Contrato (Anexo III) e ter como base a Convenção Coletiva de Trabalho vigente na data de encerramento do recebimento das propostas;

2.18.1. As planilhas deverão ser elaboradas por meio de preenchimento das planilhas (excel) constantes de arquivo eletrônico de extensão .XLS, encaminhadas pelo TRE/MS – Anexo V.

2.18.2. Não será dado conhecimento na proposta elaborada com base em formulários elaborados em arquivos eletrônicos diversos dos disponibilizados

pelo TRE.

2.19. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

2.19.1. Na elaboração das propostas, deverá ser considerado o regime de transição de que trata a Lei nº 14.973/2024 (reoneração da folha de pagamento), ocasião em que será garantido o direito de repactuação quando da efetivação da mudança de tributação de que tratam os incisos II e III do art. 9º-A do referido diploma legal.

2.20. A simples apresentação da proposta significará a anuência da proponente aos termos contidos nesta Consulta de Preços e nos anexos, que dela são parte integrante, independentemente de transcrição.

2.21. O prazo da contratação será de 12 (doze) meses, que é o máximo admitido pela legislação para a hipótese de contratação emergencial.

2.22. Para fins de análise da proposta detalhada apresentada pela empresa, o TRE/MS poderá solicitar a apresentação de informações/esclarecimentos, documentos e/ou quaisquer outros elementos tidos como necessários para certificação dos preços componentes da proposta.

2.22.1. A ausência de informação que não prejudique a identificação da proponente e a perfeita interpretação dos serviços ofertados não será razão para desclassificação de proposta, podendo ser solicitada a complementação no prazo de 01 (um) dia útil.

2.23. Em atendimento à Resolução CNJ n.º 540/2023, a empresa deverá considerar a porcentagem **mínima de 50% (cinquenta por cento) de mulheres (cisgênero, transgênero ou fluida)** ao promover a ocupação dos postos de trabalho fixos, independentemente da função, **garantindo paridade de gênero e perspectiva interseccional de raça e etnia.**

**2.23.1. No presente caso, considerando o total de 48 postos fixos, aos menos 24 postos de trabalho (independentemente da função) deverão ser ocupados por mulheres.**

### **3. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

3.1. Encerrado o prazo de entrega, serão analisadas as propostas apresentadas para verificação de sua conformidade quanto ao disposto neste Aviso e demais instrumentos.

3.2. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

3.3.1. contiver vícios insanáveis;

3.3.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

3.3.3. apresentar preços inexequíveis;

3.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

3.3.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.



3.4. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

3.4.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente valores incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites **máximos**.

3.4.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo (se for o caso) que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

3.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

3.6. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, desde que não haja **aumento do PREÇO TOTAL GLOBAL**.

3.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

3.6.2. Considera-se erro no preenchimento da proposta passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

3.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

3.8. Se a melhor proposta for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

3.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

#### **4. HABILITAÇÃO**

4.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das **condições de participação**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação **nesta consulta de preços ou a futura contratação**, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

4.1.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

4.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

4.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

4.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

4.1.2.3. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

4.1.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

4.2. Caso atendidas as condições de participação e sendo ACEITA a proposta de preços, será verificado se a empresa cumpre os requisitos de habilitação, consistente na verificação da regularidade fiscal, trabalhista, capacidade técnica e qualificação econômico-financeira.

4.2.1. proponente deverá comprovar regularidade com:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, constante do Anexo X.

4.2.2. A ausência de apresentação da documentação descrita nas alíneas "a", "b", "c" da cláusula anterior não servirá para desclassificação da consulta de preços, uma vez que poderá ser obtida por consulta *on-line* pela unidade técnica do TRE/MS.

4.2.3. Caso a empresa tenha alguma restrição para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurada à Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte a prerrogativa disposta no inciso 1º art. 43 da Lei Complementar 123/06: prazo de **5 dias úteis** para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

4.2.4. A empresa deverá apresentar ainda:

a) CERTIDÃO NEGATIVA DE FEITOS SOBRE INSOLVÊNCIA CIVIL, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, expedida pelo Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica;

a.1) A apresentação de certidão positiva de feitos sobre recuperação judicial e extrajudicial não ensejará a imediata inabilitação da empresa. A empresa que se encontrar em recuperação judicial/extrajudicial deverá apresentar, juntamente com a certidão positiva, a comprovação de que seu plano de recuperação foi aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida;

a.2) à certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão;

b ) ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa executou serviços terceirizados com a alocação de postos de trabalho **por período não inferior a 01 (um) ano.**

b.1) Em vista da natureza do objeto a ser licitado, será admitida a apresentação de dois ou mais atestados emitidos por pessoas jurídicas diversas, de forma que a análise conjunta dos atestados possa comprovar que a empresa proponente executou serviços de forma indireta pelo lapso temporal mínimo exigido;

b.2) A exigência do período de experiência indicado na alínea "b", justifica-se pela gama de serviços contemplados no contrato e o fato de ser ano eleitoral, em que os serviços não podem apresentar lacunas operacionais.

b.3) É de responsabilidade da empresa disponibilização de todas as informações necessárias à comprovação a legitimidade dos atestados solicitados;

c) ATESTADO(S) DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa executou ou está executando satisfatoriamente, serviços terceirizados com a alocação concomitante de, pelo menos, **24 (vinte e quatro) postos de trabalho;**

c.1) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior;

c.2) O dimensionamento da comprovação da capacidade técnica é inferior a 50% do objeto do contrato pretendido;

c.3) Em vista da natureza do objeto a ser licitado, será admitida a apresentação de dois ou mais atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas diversas, de forma que o somatório dos documentos obtidos atinja o dimensionamento mínimo exigido;

c.4) Aplica-se na presente alínea o disposto na alínea "b.3" desta cláusula;

d ) **BALANÇO PATRIMONIAL DOS ÚLTIMOS 2 (DOIS) EXERCÍCIOS SOCIAIS**, apresentado na forma da Lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS-DISPONIBILIDADE INTERNA - IGPDI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas



- FGV ou outro indicador que venha a substituí-lo; cuja análise será feita na forma indicada na cláusula 4.2.5;

e) **DECLARAÇÃO** da empresa, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme Modelo (Anexo IV) deste Termo de Referência de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do proponente, observados os seguintes requisitos:

e.1. declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

e.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, a empresa deverá apresentar justificativas.

4.2.5. O BALANÇO PATRIMONIAL apresentado pela empresa será analisado com a observância do que dispõem as cláusulas abaixo.

4.2.5.1. Será considerado como na forma da Lei o Balanço Patrimonial, apresentado mediante:

a) publicação em Diário Oficial ou jornal; ou,

b) cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa; ou,

c) cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento; ou

d) escrituração digital entregue à RFB, na forma da Lei.

4.2.5.2. Será analisada e avaliada a situação financeira da empresa pelos seguintes índices contábeis:

A) Liquidez Geral: Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

B) Liquidez Corrente: Ativo Circulante

Passivo Circulante

C) Solvência Geral: Ativo total

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

D) Capital Circulante Líquido (ou Capital de Giro): Ativo Circulante - Passivo Circulante

4.2.5.3. Para ser considerada habilitada, de acordo com a análise do Balanço Patrimonial e da Declaração constante na alínea “e” da cláusula 4.2.4, a empresa deverá obter:

**4.2.5.3.1. Resultado igual ou superior a 1 na avaliação dos índices contábeis enumerados nas alíneas “A” a “C” da cláusula 4.2.5.2;**

**4.2.5.3.2. Capital Circulante Líquido (ou Capital de Giro) de, no mínimo, 16,66% do valor total estimado para o primeiro ano da contratação;**

**4.2.5.3.3. Patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por**

**cento) do valor estimado para o primeiro ano da contratação.**

4.2.5.4. Se necessária a atualização do balanço, deverá ser apresentado o balanço atualizado na forma estabelecida na cláusula 4.2.5.1 acima.

4.2.5.5. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta cláusula deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

4.2.6. As empresas criadas no exercício financeiro da Consulta de Preços deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

4.2.4. O não encaminhamento da Proposta Detalhada, bem como a ausência e/ou insuficiência de informações sobre o objeto ofertado, após solicitado pelo contratante, poderá importar a desclassificação da proposta.

4.2.5. Encerrado o prazo de entrega, serão analisadas as propostas e documentos apresentados para verificação de sua conformidade quanto ao disposto nesta Consulta e demais instrumentos.

4.2.5.1. Será **declarada vencedora** a empresa que, atendendo a todas as condições estabelecidas na presente consulta, **ofertar o MENOR VALOR GLOBAL PARA O ITEM.**

4.2.5.2. Após a declaração da vencedora, o procedimento de consulta de preços será submetido à análise da Administração do TRE/MS, para que seja homologada a contratação.

4.2.6. Aplicam-se à presente consulta de preços as regras estabelecidas na legislação pertinente a Licitação, especialmente, o disposto na Lei 14.133/2021.

## **5. CONTRATAÇÃO**

5.1. A autoridade competente poderá revogar a presente contratação em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação.

5.2. Após a análise e autorização da contratação será firmado Termo de Contrato.

5.3. A empresa vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, **contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato,** sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

5.3.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

5.3.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da empresa vencedora e aceita pela Administração.

5.4. Na assinatura do contrato **será verificada a regularidade das condições de habilitação e contratação** consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

## **6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o participante que:

6.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

6.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

6.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

6.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

6.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

6.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

6.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

6.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a disputa;

6.1.5. Fraudar a disputa;

6.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

6.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

6.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

6.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

6.1.6.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da disputa;

6.1.6.5. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

**6.1.7. Não celebrar o contrato administrativo em razão de impedimento decorrente de inscrição junto ao Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN.**

6.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos participantes da disputa as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

6.2.1. Advertência;

6.2.2. Multa;

6.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

6.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

6.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

6.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

6.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

6.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato em disputa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial.

6.4.1. Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2 e 6.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor estimado da contratação.

6.4.2. Para as infrações previstas nos itens 6.1.4, 6.1.5, 6.1.6, a multa será de 15% a 30% do valor estimado da contratação.

6.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2 e 6.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

6.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.4., 6.1.5. e 6.1.6., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2. e 6.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

6.9. A recusa injustificada do vencedor em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 6.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

6.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias

úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

7.1. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

7.2. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.3. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

7.4. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

7.5. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

7.6. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 7.6.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 7.6.2. Anexo I.A - Estudo Preliminar;
- 7.6.3. Anexo I.B a I.K - Descrição dos Postos;
- 7.6.4. Anexos I.H-1 e H-2 - Listagem de consumíveis - copeiragem;
- 7.6.5. Anexos I.I-1 e I-2 - Listagem de consumíveis - jardinagem;
- 7.6.6. Anexos I.I-3 - Listagem de duráveis - jardinagem;
- 7.6.7. Anexos I.I-4 - Listagem de equipamentos - jardinagem;
- 7.6.8. Anexo II-A a II-J - Instrumento de Medição de Resultado;
- 7.6.9. Anexo III - Minuta do Contrato;
- 7.6.10. Anexo IV - Declaração de Contratos Assumidos;
- 7.6.11. Anexo V - Planilha de formação de custos - modelo para preenchimento;
- 7.6.12. Anexo VI - Resolução 690/TRE/MS - Código de Ética;
- 7.6.13. Anexo VII - Acordo de Cooperação TRE/MS e CEF (conta vinculada);
- 7.6.14. Anexo VIII - Planilha de custos estimados - TRE/MS;
- 7.6.15. Anexo IX - Termo de Conciliação MPT e União; e

7.6.16. Anexo X - Proposta de Preços e Declaração do Menor.

7.7. Mais informações sobre esta Consulta de Preços poderão ser obtidas junto à Seção de Licitação e Compras do TRE/MS, através do fone: (67) 2107-7092 ou 2107-7093.

7.8. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente contratação, é competente, na forma da Lei, o foro da Justiça Federal de Campo Grande - MS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Campo Grande/MS, 23 fevereiro de 2026.

Seção de Licitação e Compras



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JULIA DE ARRUDA MESTIERI, Analista Judiciário**, em 23/02/2026, às 15:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1992331** e o código CRC **E6622062**.

0001144-18.2026.6.12.8000

1992331v13